

# Condições de ensino das escolas municipais brasileiras e o resultado da redistribuição intraestadual de recursos do Fundeb

Marcelo Lopes de Souza

Fabiana de Assis Alves

Alexandre José de Souza Peres

Maria Regina Viveiros de Carvalho

---

## Resumo

O exame do perfil da redistribuição intraestadual de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) considerou as condições de ensino das escolas dos municípios brasileiros. Para isso, foi analisada a relação entre o Resultado Líquido das Transferências Intraestaduais do Fundeb (RL) dos municípios e as variáveis que expressam condições de ensino, tais como infraestrutura das escolas, formação dos professores e média de alunos por turma. As análises de correlação indicaram a tendência geral de que, quanto maior o RL percentual das redes municipais, piores eram suas condições de ensino. Complementarmente, a comparação das médias de alguns indicadores de condições de ensino para sete faixas de RL percentual, construídas a partir da média entre os RLs disponíveis entre 2008 e 2011, mostrou que persiste uma desigualdade entre as faixas extremas, embora as redes em piores condições tenham conseguido acompanhar a tendência de melhoria de todas as faixas.

Palavras-chave: financiamento da educação; Fundeb; efeito redistributivo; infraestrutura das escolas; formação de professores; qualidade da educação; educação básica.

---

## **Abstract**

### **Teaching conditions in the Brazilian public schools and the result of intrastate redistribution of Fundeb resources**

*The aim of this paper was to analyze the intrastate redistribution of financial resources from the Fund for the Maintenance and Development of Basic Education and for the Appreciation of Education Professionals (Fundeb), considering teaching conditions in Brazilian municipal schools. The relationship between the Fundeb's Intrastate Net Transfers of Income (INTI) of municipalities and the variables related to teaching conditions, such as infrastructure of schools, training of teachers and the average number of students per class, was analyzed. Correlation analyses indicated a general trend that the higher the INTI percentage to municipalities, the worse their school conditions were. In addition, the comparison of averages of some indicators of teaching conditions in seven INTI percentage ranges, built from the average of INTI available between 2008 and 2011, showed a persistent inequality among extreme ranges, even though, the school networks in worse conditions were able to follow the trend of improvement of municipalities with better educational conditions.*

*Keywords: financing of education; Fundeb; redistributive effect; infrastructure of schools; training of teachers; quality of education; basic education.*

---

## **Introdução**

Um aspecto importante que deve ser analisado em relação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) é sua potencial contribuição para a melhoria da *equidade* e o estabelecimento de um padrão mínimo de *qualidade* a todas as redes públicas de ensino.<sup>1</sup> A própria Constituição de 1988, em seu art. 206, estabelece que a igualdade de condições para acesso e permanência na escola e a garantia de padrão de qualidade são dois dos princípios com base nos quais o ensino deve ser ministrado. Contudo, a elevada *desigualdade na capacidade de financiamento* das políticas educacionais entre os municípios e estados brasileiros pode dificultar o atendimento a esses princípios.

Embora a Constituição de 1988 já determinasse que esses entes deveriam aplicar na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) o percentual mínimo

---

<sup>1</sup> O termo "equidade" é utilizado neste texto no sentido de que é desejável que a educação pública tenha como princípios a busca pelo atendimento a critérios como a igualdade e a justiça, considerando as diversas individualidades. Evidentemente, a compatibilização prática desses critérios é um desafio muito grande e em constante atualização. Contudo, o Fundeb, ao estabelecer diferentes fatores de ponderação segundo as diversas etapas, modalidades e tipos de estabelecimentos, já dá um exemplo bem-sucedido de como a igualdade entre todos os alunos deve ser trabalhada considerando a existência de diferentes demandas entre eles. No texto também utilizamos "melhoria da equidade" e "padrão mínimo de qualidade", admitindo que esses termos não são estanques, mas variam de acordo com o reconhecimento de novas demandas sociais, de modo que é melhor tratá-los como "níveis" de equidade e qualidade.

de 25% da receita resultante de impostos, compreendida também a proveniente de transferências, o fato é que suas receitas e demandas educacionais eram muito desiguais.<sup>2</sup>

A entrada em vigor do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), em 1998, introduz no âmbito de cada estado um patamar mínimo para o valor aluno/ano no ensino fundamental, reduzindo significativamente a desigualdade na capacidade de financiamento entre os entes de um mesmo estado (Ulyssea; Fernandes; Gremaud, 2006, p. 114), em se considerando que ainda existia a previsão da garantia de um valor anual mínimo por aluno no ensino fundamental, definido nacionalmente. Com o Fundeb, essa lógica avançou mais ainda por meio da inclusão de todas as etapas e modalidades da educação básica, do acréscimo de novas fontes de receitas e da elevação dos percentuais de destinação aos fundos, no âmbito de cada estado e do Distrito Federal, e da constitucionalização de um percentual mínimo para a complementação da União, equivalente a, pelo menos, 10% do valor total dos fundos.

Considera-se que a introdução da lógica de redistribuição dos recursos vinculados por aluno matriculado, de maneira independente da capacidade financeira individual do ente em que ele esteja sendo atendido, garantindo um *valor mínimo anual por aluno dentro de cada estado e nacionalmente*, foi um avanço importante no sistema de financiamento da educação básica. Espera-se que essa política redistributiva e supletiva possa contribuir para a diminuição das iniquidades educacionais brasileiras e para o estabelecimento de um padrão mínimo de qualidade, favorecendo, assim, o estabelecimento de um sistema educacional com mais qualidade e equidade.

Um primeiro passo importante para isso seria a melhoria das *condições de ensino* das escolas brasileiras, termo que pode ser entendido como o conjunto de características presentes na escola que favorecem um adequado ambiente de aprendizagem, como a infraestrutura, o perfil e as condições de trabalho dos professores e a gestão das redes e das escolas.<sup>3</sup> Embora boas condições de ensino não sejam suficientes para se ter um sistema educacional de qualidade com equidade, considera-se que isso seja condição necessária, além de ser um direito básico de todos os alunos e profissionais da educação.

Nesse contexto, o objetivo deste artigo é analisar as condições de ensino das escolas dos municípios brasileiros, considerando o resultado da redistribuição de recursos promovida pelo Fundeb dentro de cada estado. Entre as condições de ensino

---

<sup>2</sup> Para uma análise das desigualdades existentes na capacidade de financiamento dos gastos educacionais entre os vários governos municipais e estaduais brasileiros no período antes do Fundef, consultar Soares (1998). Ulyssea, Fernandes e Gremaud (2006, p. 110) consideram que nesse período antes do Fundef “[...] o sistema de financiamento da educação básica pública no Brasil ocorria de forma completamente descentralizada. Embora o percentual a ser investido fosse determinado centralizadamente, o volume de recursos aluno/ano, efetivamente disponível em cada rede, dependia exclusivamente das receitas e das matrículas do ente responsável”.

<sup>3</sup> Para uma pesquisa aprofundada sobre essa temática, consultar o trabalho “Índice de condições de qualidade educacional: metodologia e indícios” (Souza; Gouveia; Schneider, 2011), que apresenta uma metodologia para avaliação de políticas educacionais, o Índice de Condições de Qualidade (ICQ), constituído por três partes: Índice de Condições Materiais da Escola (ICME), Índice de Professor (IP) e Índice de Gestão (IG). Para uma análise mais específica sobre a infraestrutura escolar, no caso, uma proposta de escala de qualidade de infraestrutura, consultar Soares Neto *et al.* (2013).

que serão analisadas estão a infraestrutura das escolas (por exemplo, biblioteca e laboratório de informática), a formação dos professores e a média de alunos por turma.

Em Peres *et al.* (2015) mostrou-se que a característica principal da redistribuição intraestadual promovida no período de 2008 a 2011 foi a de que a maioria dos governos municipais (59,7%) teve acréscimo de recursos com o Fundeb em pelo menos 10% enquanto mais de 1/4 dos governos municipais (26,9%) teve acréscimos acima de 100%, o que significa que a redistribuição intraestadual pelo menos dobrou o volume de recursos desses municípios vinculados ao Fundeb. Explicou-se nesse trabalho que o saldo dessa redistribuição intraestadual de recursos para cada ente dependia da relação entre sua capacidade de financiamento das políticas educacionais, expressa por sua contribuição para o fundo estadual, e seu quantitativo de matrículas.

Nesse mesmo trabalho mostrou-se que, nos municípios em que os acréscimos percentuais de recursos eram maiores, as características socioeconômicas e educacionais eram piores. Tanto os indicadores multidimensionais – como o Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM)<sup>4</sup> e o Indicador Social de Desenvolvimento dos Municípios (ISDM)<sup>5</sup> – quanto as variáveis que tentavam revelar características socioeconômicas específicas – como PIB *per capita*, percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza, entre outros – apontaram para uma tendência de pior situação nos municípios que receberam, proporcionalmente, mais recursos líquidos do Fundeb. Essa tendência geral também pôde ser observada em relação a diversas variáveis educacionais de acesso, permanência e qualidade, tais como: taxa de analfabetismo, distorção idade-série, taxas de rendimento e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e seus componentes (taxa de aprovação e desempenho na Prova Brasil).

Neste trabalho pretende-se analisar o perfil da redistribuição intraestadual de recursos considerando as condições de ensino dos municípios brasileiros e verificar seu comportamento ao longo do tempo. A maioria das variáveis vistas anteriormente era de contexto, como as características socioeconômicas dos municípios, ou de resultados educacionais, como o Ideb. Assim, seria pertinente observar também o perfil e a evolução de outras variáveis que poderiam ser impactadas mais diretamente pelas variações de recursos financeiros do Fundeb, como a infraestrutura das escolas, a formação dos professores e a média de alunos por turma.<sup>6</sup>

<sup>4</sup> O IDHM mede o progresso de um município a partir de três dimensões: renda, saúde e educação.

<sup>5</sup> O ISDM tem como objetivo sintetizar em um único indicador vários aspectos referentes ao desenvolvimento social dos municípios brasileiros, abrangendo cinco dimensões: habitação, renda, trabalho, saúde/segurança e educação. Quanto maior o ISDM, maior o nível de desenvolvimento do município. Ele é calculado como uma média simples dos indicadores de cada uma dessas cinco dimensões, que são estabelecidos numa escala de 0 a 10, segundo a qual também varia o ISDM. Para que haja consistência na comparação entre todos os municípios brasileiros, os indicadores agregados das dimensões e o ISDM são normalizados para que cada um deles represente o desvio em relação à média do Brasil, normalizada para 5. Para mais detalhes, consultar: <<http://cmicro.fgv.br/data-sets>>.

<sup>6</sup> Registramos que este trabalho não tem a pretensão de atribuir causalidade entre uma coisa e outra, já que, para isso, como explicaremos, seria preciso agregar outras informações e metodologias na análise. Contudo, é importante apresentar essa evolução para que se possa observar eventuais progressos nas condições de ensino das escolas e o comportamento da desigualdade dessas condições entre os municípios.

A estrutura deste trabalho compreende, além desta introdução, a apresentação da metodologia que será utilizada e, em seguida, a discussão dos resultados, incluindo uma primeira parte com as características das condições de ensino das escolas segundo o resultado da redistribuição intraestadual de recursos do Fundeb e a apresentação de dados sobre como algumas dessas características evoluíram ao longo do tempo, além das considerações finais.

## **1 O Resultado Líquido Intraestadual do Fundeb e os Indicadores de Condições de Ensino das Escolas**

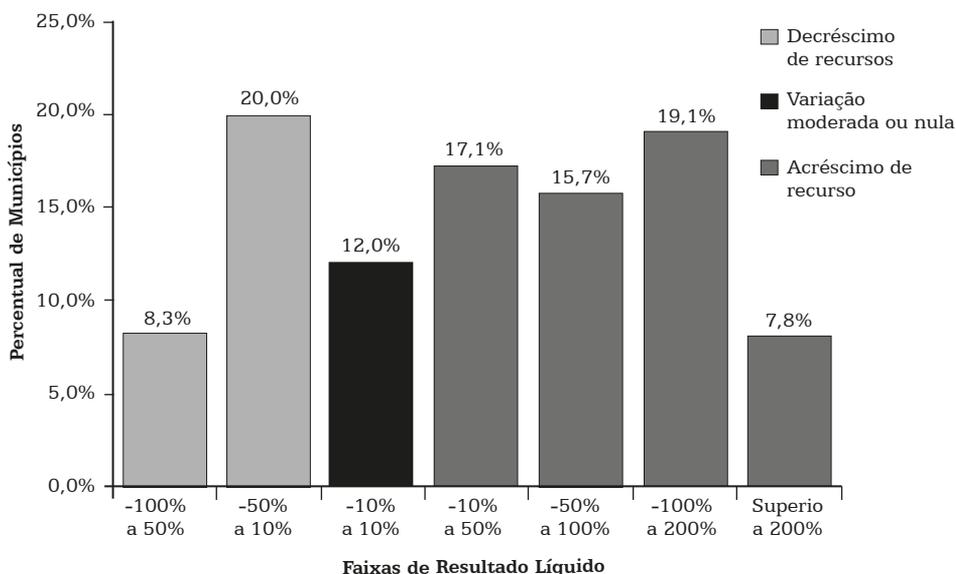
Para a análise sobre o resultado da redistribuição de recursos promovida pelo Fundeb dentro de cada estado, que consideramos como seu efeito redistributivo intraestadual, utilizamos a variável Resultado Líquido das Transferências do Fundeb (RL). O RL é a diferença entre os recursos recebidos e as receitas destinadas ao fundo estadual. Quanto maior essa variável, maior o acréscimo líquido de recursos intraestaduais.

Dada a metodologia de distribuição de recursos do Fundeb, o RL depende da relação entre quantidade de matrículas e receitas destinadas ao fundo por cada ente. Quanto maior a quantidade de matrículas e menor as receitas destinadas ao Fundo, maior tende a ser o RL. Segue a equação utilizada para seu cálculo percentual:

$$\text{RL Percentual} = \left( \frac{\text{Receitas recebidas} - \text{Receitas destinadas}}{\text{Receitas destinadas}} \right) * 100$$

Para o cálculo do RL percentual foram utilizadas as informações contidas nas bases de dados do Sistema de Informação de Orçamentos Públicos em Educação (Siope), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A partir dos RL percentuais dos municípios, foram criadas sete faixas que expressam intervalos financeiros de decréscimo e acréscimo de receitas ocasionados pela distribuição de recursos. A referência utilizada para essa distribuição considera a existência de pelo menos três grandes grupos de municípios segundo o efeito financeiro do Fundeb e subdivisões dentro de cada um desses grupos: (i) o grupo dos municípios em que o RL aponta para o decréscimo de receitas (Faixas 1 e 2); (ii) o grupo dos municípios em que o RL aponta para moderada ou nula variação de recursos (Faixa 3); e (iii) o grupo dos municípios em que o RL aponta para o acréscimo de receitas (Faixas 4, 5, 6 e 7).

Para classificar cada município em determinada faixa, foi calculada a média aritmética dos RL percentuais disponíveis para o período de 2008 a 2011. A análise considerou praticamente todos os governos municipais – 5.550 de um total de 5.564, representando 99,7% dos municípios brasileiros, cuja distribuição em cada uma das faixas é apresentada no Gráfico 1.



**Gráfico 1 – Distribuição Percentual dos Municípios Brasileiros segundo as Faixas de Resultado Líquido**

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Siope 2008-2011

Ressalta-se que essa distribuição em sete faixas diz respeito ao saldo da participação de cada um dos municípios brasileiros no Fundeb com o objetivo de se analisar a redistribuição que foi necessária para que todos os municípios, no âmbito de cada Unidade da Federação (UF), recebessem o mesmo valor anual por aluno. Assim, é importante ter em mente que, em um mesmo estado, todos os municípios recebem do Fundo o mesmo valor anual por aluno.

As variáveis de condições de ensino tiveram como fonte de dados o Censo Escolar da Educação Básica, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Para as variáveis de formação dos professores, foram considerados os docentes da rede municipal que atuam na educação infantil (creche, pré-escola e turma unificada) e nos anos iniciais do ensino fundamental (tanto no ensino fundamental de oito anos quanto no de nove anos) em turmas de ensino regular.<sup>7</sup> Para as variáveis de infraestrutura, foram consideradas as escolas municipais em atividade de todas as etapas e modalidades da educação básica.<sup>8</sup>

<sup>7</sup> Ainda foi utilizado o filtro “docentes” para a variável “função que exerce na escola”, deixando de fora “auxiliares”, “monitores” e “tradutores/intérpretes de libras”.

<sup>8</sup> Em 2012, segundo o Censo Escolar da Educação Básica, as redes municipais eram responsáveis por 23,224 milhões de matrículas. Dessas matrículas, 22,1% eram da educação infantil, 70,3% do ensino fundamental, 0,3% do ensino médio regular, 0,1% da educação profissional (concomitante e subsequente), 6,9% da educação de jovens e adultos do ensino fundamental, 0,2% da educação de jovens e adultos do ensino médio e 0,2% da educação especial em classes especiais e escolas exclusivas. Por esses dados, é possível perceber que as etapas não prioritárias para os municípios, como o ensino médio, eram responsáveis por um percentual muito pequeno do total de matrículas sob responsabilidade dessas redes.

## 2 Características das Condições de Ensino das Escolas segundo o Resultado Líquido do Fundeb

Para descrever os resultados desta seção, apresenta-se a Tabela 1, em que constam os coeficientes de correlação linear de Pearson entre a média de RL Percentual do Fundeb e indicadores de condições de ensino das escolas de cada uma das redes municipais brasileiras. Observou-se um conjunto amplo de variáveis que retratam aspectos importantes das condições de ensino. Todas as correlações encontradas foram significantes ao nível de 0,001, indicando um elevado grau de confiança probabilística na existência de correlação entre as variáveis consideradas. Nota-se que a maioria dos coeficientes observados aponta para uma correlação moderada, em que o sentido geral desses coeficientes indica uma relação inversa entre o RL percentual das redes municipais e as condições de ensino, com a tendência geral de que, quanto maior o RL percentual das redes municipais, piores eram suas condições de ensino.

**Tabela 1 – Coeficientes de Correlação entre a Média de Resultado Líquido Percentual do Fundeb (2008-2011) e Indicadores de Condições de Ensino das Escolas das Redes Municipais Brasileiras (2011)**

Indicadores dos Municípios		Coeficientes de Correlação de Pearson*	Nº de Redes Municipais
Percentual da Infraestrutura Existente nas Escolas	Abastecimento de água da rede pública	-0,367	5.550
	Esgoto sanitário da rede pública	-0,260	5.550
	Biblioteca	-0,318	5.550
	Quadra de esportes**	-0,268	5.550
	Computadores***	-0,356	5.550
	Internet banda larga	-0,347	5.261
	Laboratório de informática	-0,179	5.550
	Laboratório de ciências	-0,094	5.550
Percentual da Formação dos Professores	Ensino médio – normal/magistério (nível de escolaridade)	0,412	5.546
	Superior concluído	-0,431	5.546
	Docentes com licenciatura	-0,407	5.546
	Docentes com especialização	-0,352	5.546
	Docentes com mestrado ou doutorado	-0,053	5.546
Média de Alunos por Turma	Média de alunos por turma – anos iniciais do ensino fundamental	0,351	5.518
	Média de alunos por turma – anos finais do ensino fundamental	0,386	3.994

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Siope 2008-2011 e do Censo Escolar 2011.

Notas: \* Todas as correlações são significantes ao nível  $p < 0,001$ .

\*\* Quadras de esportes cobertas ou descobertas.

\*\*\* A variável utilizada foi a existência ou não de computador na escola, sem distinção de uso administrativo ou dos alunos.

No que se refere às variáveis de infraestrutura, a maioria das correlações ficaram próximas a  $r = -0,300$ , indicando uma associação inversa e moderada entre o RL percentual e essas variáveis. Os destaques de maiores coeficientes ficam por conta do percentual de escolas de cada rede municipal que tem abastecimento de água da rede pública ( $r = -0,367$ ) e computadores ( $r = -0,356$ ). Ficou muito abaixo desse patamar o percentual de escolas com laboratório de informática ( $r = -0,179$ ) e de ciências ( $r = -0,094$ ), indicando uma correlação linear fraca ou muito fraca.

As variáveis que expressam informações sobre a formação dos professores também indicam uma relação inversa e moderada com o RL percentual, embora com um pouco mais de intensidade.<sup>9</sup> Considerando o nível de formação desejado para as etapas consideradas, nível superior com licenciatura, observa-se um coeficiente de correlação de  $r = -0,407$ .

Ainda conforme a Tabela 1, o coeficiente de correlação linear entre o RL percentual e a média de alunos por turma é positivo e de intensidade moderada. Considerando que um maior número de alunos por turma pode indicar piores condições de ensino, esse resultado também parece corroborar com o mesmo sentido geral das variáveis analisadas anteriormente.

Além dos coeficientes de correlação, uma forma complementar de visualizar as diferenças das condições de ensino das escolas é comparando o resultado médio das variáveis estudadas para cada uma das faixas de RL. Isso será realizado a seguir, apresentando também a evolução anual de algumas dessas variáveis de condições de ensino.

Essa análise será realizada a título de exemplo para algumas variáveis, tomando-se o cuidado de considerar que não se pode atribuir apenas ao Fundeb a explicação causal dos resultados dessa evolução, tendo em vista que os municípios que compõem cada uma dessas faixas têm diferenças significativas para além daquelas referentes aos recursos recebidos da redistribuição intraestadual desse Fundo. Dessas diferenças, destaca-se, como determinante, a disparidade em relação ao valor total dos gastos por aluno de cada rede municipal que impacta diretamente sobre a capacidade dos entes em melhorar as condições de ensino de suas escolas.

O RL expressa o resultado da redistribuição intraestadual do Fundeb, que pode melhorar ou piorar a capacidade de gastos em educação dos municípios, contudo, não expressa o volume de recursos total de gastos por cada rede municipal. Os gastos dos municípios em educação são compostos pelos recursos da redistribuição intraestadual do Fundeb, e também por outras importantes fontes, tais como: os recursos da complementação da União para municípios em estados que receberam esses recursos; o restante do percentual obrigatório dos impostos e transferências que fazem parte do Fundeb (5% de fontes como o ICMS, que para alguns municípios pode representar um valor elevado); o percentual obrigatório de 25% dos impostos e transferências constitucionais que não fazem parte do Fundeb (como os impostos municipais, com destaque para o Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU e Imposto sobre Serviços – ISS); além de gastos acima do mínimo obrigatório financiados pelas receitas vinculadas e outras fontes, como programas estaduais ou federais etc.

<sup>9</sup> Registra-se que, diferentemente das demais, a variável “docentes com mestrado ou doutorado” apresentou uma intensidade muito fraca de  $-0,053$ .

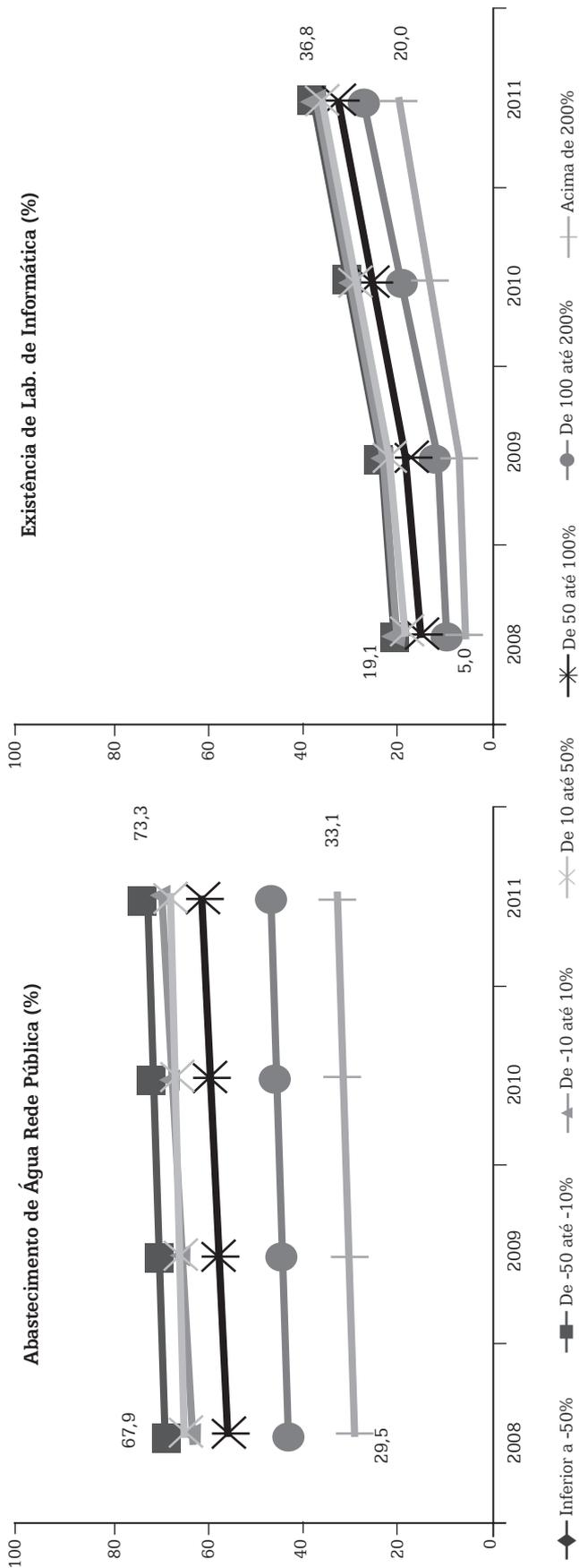
Entretanto, mesmo que não se possa fazer uma análise causal entre a redistribuição intraestadual do Fundeb e as mudanças nas condições de ensino, é muito importante que seja realizada, inicialmente, uma análise da relação entre essas variáveis, verificando, por exemplo, a evolução da desigualdade das condições de ensino segundo as faixas de RL.

O Gráfico 2 apresenta a evolução de indicadores de infraestrutura das escolas das redes municipais brasileiras segundo cada uma das sete faixas de RL. Para se chegar aos percentuais de cada faixa, inicialmente, foi calculado para cada rede municipal o percentual médio de escolas que detém cada um dos itens considerados de infraestrutura. Em seguida, as redes foram agrupadas em cada uma das sete faixas. Por fim, foram calculados, para cada ano, os percentuais médios de cada uma das faixas. Como cada faixa inclui redes muito diferentes, o percentual médio calculado foi ponderado pelo quantitativo de escolas de cada rede municipal.

Como é possível observar no Gráfico 2, os municípios com maior RL tendiam a ter um percentual bem inferior de escolas com abastecimento de água da rede pública e laboratório de informática. No período considerado, de 2008 a 2011, também foi possível constatar uma tendência geral de aumento das médias percentuais desses indicadores para todas as faixas, de modo que foi possível verificar que, em termos gerais, a desigualdade entre as faixas mais extremas de RL praticamente se manteve para os dois indicadores.

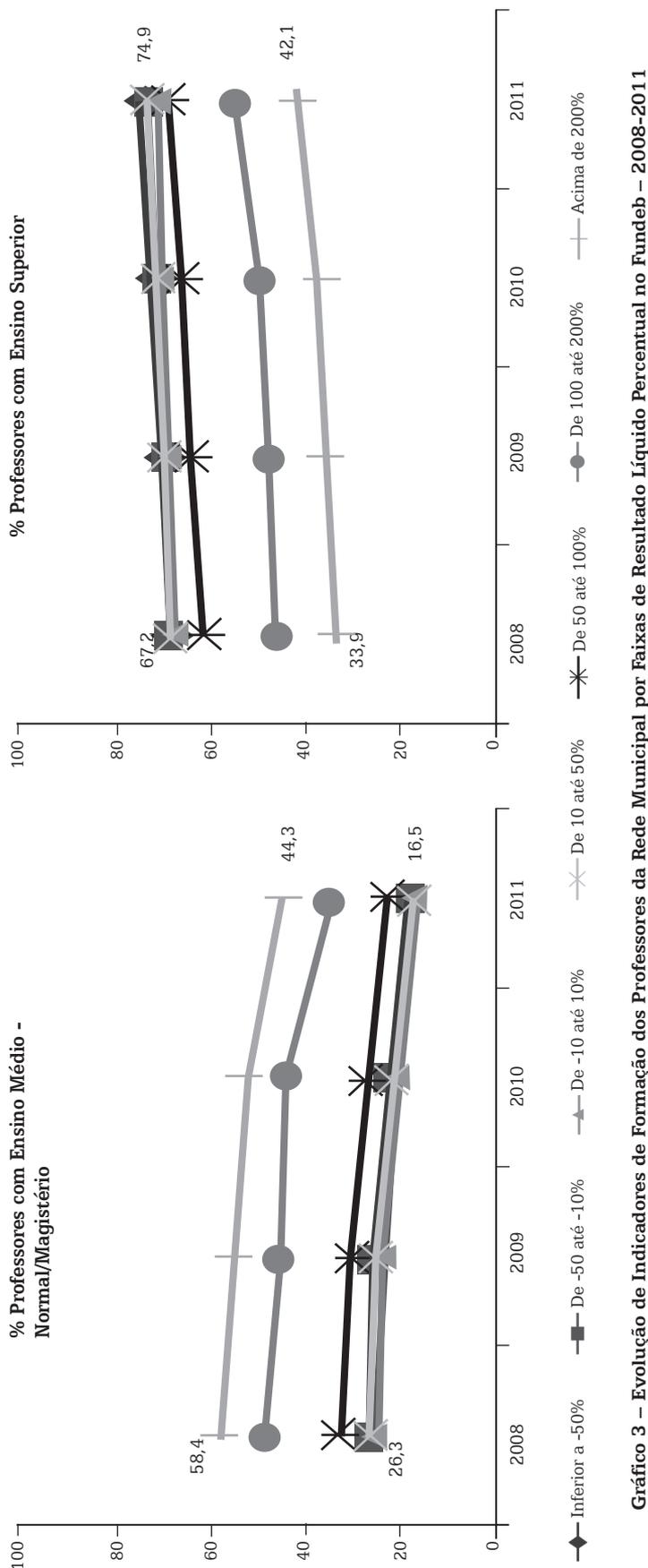
Em relação à formação dos professores, é apresentado o Gráfico 3, que traz a evolução de dois indicadores. Também nesse caso o percentual médio de docentes com dada característica em cada faixa foi calculado, com base na média ponderada, pelo quantitativo de professores de cada rede municipal. Observa-se que o grupo de municípios com maior RL apresenta, de maneira geral, maior média para o percentual de docentes com formação de ensino médio normal/magistério e menor média para o percentual de docentes com nível superior, se comparado aos grupos de municípios com RL menores. Nota-se que, no período entre 2008 e 2011, o percentual médio de docentes com formação somente em magistério apresenta uma tendência de queda para todas as faixas, ao passo que, com relação à média do percentual de docentes com nível superior, nota-se uma tendência de elevação ao longo do período avaliado. É possível notar que os grupos de municípios com RL maiores, apesar de apresentarem um percentual médio de docentes com nível superior menor ao longo dos anos, conseguem acompanhar a evolução observada nos grupos de municípios com decréscimo de recursos intraestaduais do Fundeb.

O Gráfico 4 traz a evolução do número médio de alunos por turma nos anos iniciais e finais do ensino fundamental para cada faixa de RL. Neste caso, a média desse indicador em cada faixa foi obtida a partir da média simples dos resultados dos municípios presentes em cada faixa. De acordo com o gráfico, podemos ver que para o período considerado os grupos de municípios com RL maiores apresentaram um maior número médio de alunos por turma, tanto para os anos finais como para os iniciais. Porém, é possível observar que ao final do período houve uma tendência de aproximação das diversas faixas de RL consideradas.



**Gráfico 2 – Evolução de Indicadores de Infraestrutura Existente nas Escolas por Faixas de Resultado Líquido Percentual no Fundeb – 2008-2011**

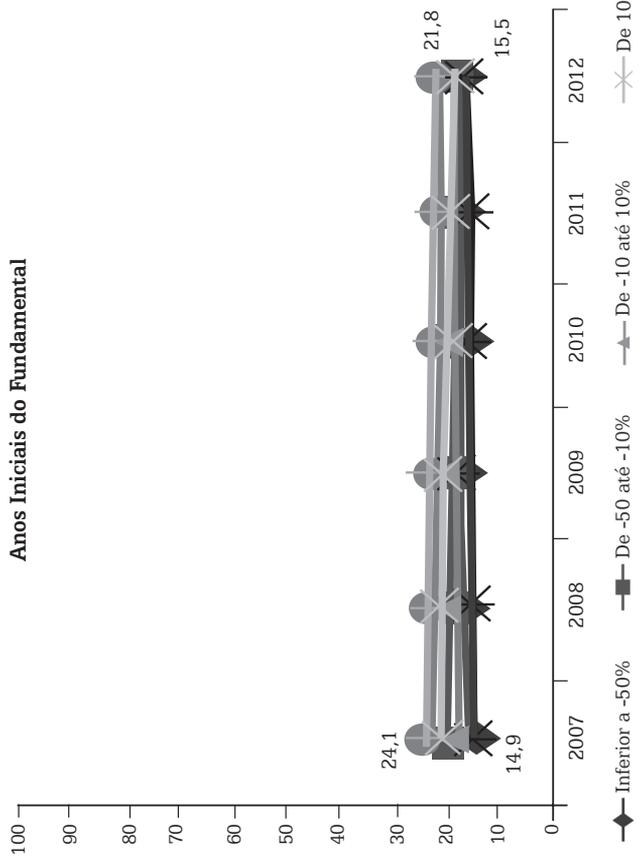
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Siope e do Censo Escolar 2008-2011



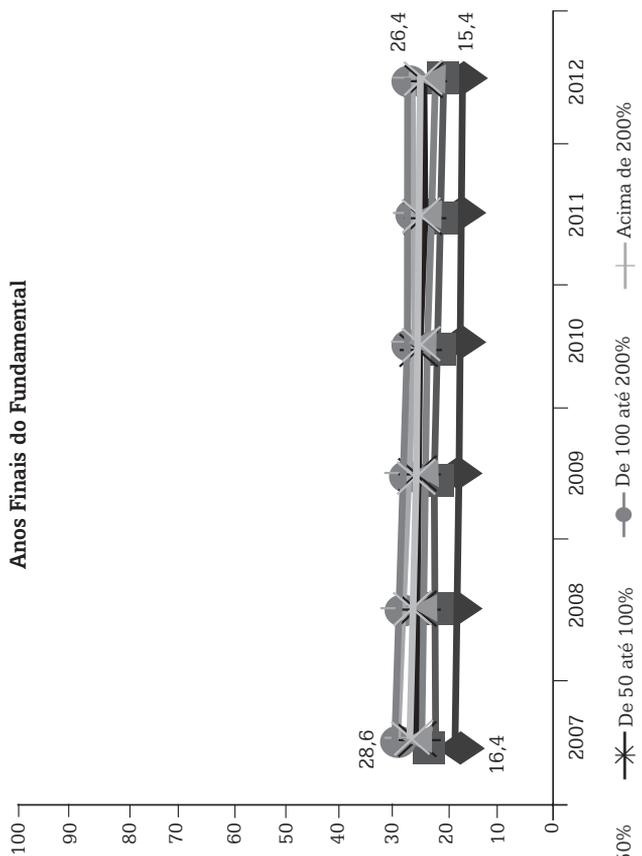
**Gráfico 3 – Evolução de Indicadores de Formação dos Professores da Rede Municipal por Faixas de Resultado Líquido Percentual no Fundeb – 2008-2011**

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Siope e do Censo Escolar 2008-2011

Anos Iniciais do Fundamental



Anos Finais do Fundamental



**Gráfico 4 – Evolução do Número Médio de Alunos por Turma na Rede Municipal por Faixas de Resultado Líquido Percentual no Fundeb – 2008-2011**

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Siope e do Censo Escolar 2008-2011

## Considerações finais

Se um dos objetivos das políticas de fundos, senão o mais importante, é a redistribuição de recursos numa perspectiva de maior equidade no financiamento da educação básica, este trabalho mostrou que os municípios que receberam maior saldo percentual de recursos intraestaduais do Fundeb tinham mesmo a tendência de apresentar piores condições de ensino, medidas por variáveis de infraestrutura das escolas, formação dos professores e média de alunos por turma. Considerando que dentro de um mesmo estado todos os municípios recebem do Fundeb o mesmo valor por aluno matriculado independentemente de sua capacidade financeira, parece razoável supor que, sem o Fundo, esses entes teriam dificuldades ainda maiores para ofertar a educação básica para sua população.

No entanto, de fato, a equidade na distribuição dos recursos do Fundeb dentro de cada estado não eliminou a desigualdade no financiamento da educação entre os municípios brasileiros. Neste trabalho, mostramos adicionalmente que, em geral, todos os grupos de municípios segundo as faixas de RL percentual apresentaram uma tendência geral de melhoria da média de alguns indicadores de condições de ensino analisados. Mas, mesmo nessa análise, que considerou apenas as médias dos grupos, já foi possível constatar que a melhoria ocorrida foi importante, porém não eliminou o desafio de diminuir as desigualdades das condições de ensino das escolas municipais brasileiras.

Com os resultados obtidos por essa agenda de trabalho sobre o perfil da redistribuição intraestadual do Fundeb, cuja principal conclusão é a de que os municípios que receberam mais recursos eram os que tendiam a ter as piores condições de ensino, uma possível continuação dos estudos, inclusive para outros pesquisadores interessados, diz respeito, principalmente, a dois grandes aspectos: se a redistribuição intraestadual de recursos do Fundeb e os recursos da complementação da União<sup>10</sup> conseguiram diminuir a desigualdade dos valores anuais por aluno que os municípios têm disponíveis, quando se consideram também as demais fontes de recursos e os diferentes desafios educacionais dos municípios; e se essa eventual diminuição de desigualdade em termos de recursos está se efetivando em melhoria de condições de qualidade de ensino e aprendizagem para todos os municípios. Esses estudos ajudariam a responder uma indagação suscitada pelos resultados observados neste trabalho: sem a redistribuição intraestadual do Fundeb, a desigualdade teria sido ainda maior?

<sup>10</sup> Em outro estudo realizado pela equipe da Diretoria de Estudos Educacionais (Dired) do Inep (Oliveira; Rodrigues; Souza, no prelo), é analisado o efeito da complementação da União na redução das desigualdades interestaduais entre os valores anuais efetivos por aluno das 27 Unidades da Federação brasileira.

## Referências bibliográficas

---

- BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). *Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope)*. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde-sistemas/sistema-siope-apresentacao/siope-apresentacao>>.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo Escolar da Educação Básica*. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>.
- OLIVEIRA, M. L.; RODRIGUES, E. G.; SOUZA, M. L. *Efeito supletivo do Fundeb, via complementação da União: análise das receitas e dos valores anuais por aluno efetivos, de 2007 a 2013*. Brasília: Inep. [No prelo]. (Série Documental. Textos para Discussão).
- PERES, A. J. S.; SOUZA, M. L.; ALVES, F. A.; RODRIGUES, E. G. *Efeito redistributivo intraestadual do Fundeb: uma análise a partir de variáveis financeiras, socioeconômicas e educacionais dos municípios*. Brasília: Inep, 2015. (Série Documental. Textos para Discussão, n. 39).
- SOARES, S. *The financing of education in Brazil: with special reference to the North, Northeast and Center-West regions*. Washington, DC: Banco Mundial, LCSHD, 1998.
- SOARES NETO, J. J.; JESUS, G. R.; KARINO, C. A.; ANDRADE, D. F. Uma escala para medir a infraestrutura escolar. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 24, n. 54, p. 78-99, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1786/1786.pdf>>.
- SOUZA, A. R.; GOUVEIA, A. B.; SCHNEIDER, G. Índice de condições de qualidade educacional: metodologia e indícios. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 22, n. 48, p. 115-136, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1631/1631.pdf>>.
- ULYSSEA, G.; FERNANDES, R.; GREMAUD, A. P. O impacto do Fundeb na alocação de recurso para a educação básica. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 109-136, abr. 2006. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/25/5>>.

---

Marcelo Lopes de Souza, mestre em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), atualmente é pesquisador-tecnologista em Informações e Avaliações Educacionais da Diretoria de Estudos Educacionais (Dired), no Inep.  
marcelo.souza@inep.gov.br

Fabiana de Assis Alves, mestre em Estatística pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), atualmente é pesquisadora-tecnologista em Informações e Avaliações Educacionais da Diretoria de Estudos Educacionais (Dired), no Inep.  
fabiana.alves@inep.gov.br

Alexandre José de Souza Peres, psicólogo pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), mestre e doutorando em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília (UnB), atualmente é pesquisador-tecnologista em Informações e Avaliações Educacionais da Diretoria de Estudos Educacionais (Dired), no Inep.

[alexandre.peres@inep.gov.br](mailto:alexandre.peres@inep.gov.br)

Maria Regina Viveiros de Carvalho, especialista em Gestão de Negócios pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC), atualmente é pesquisadora-tecnologista em Informações e Avaliações Educacionais da Diretoria de Estudos Educacionais (Dired), no Inep.

[maria.carvalho@inep.gov.br](mailto:maria.carvalho@inep.gov.br)

Recebido em 11 de novembro de 2014

Aprovado em 23 de dezembro de 2014